

OSTENSIVIDADE

PM deflagra Operação 2 Rodas em Tangará da Serra

>> **Rosi Oliveira**
Redação DS

O Comando Regional VII reuniu na manhã desta quinta-feira, 14, a imprensa local para dar publicidade a uma nova operação que será desencadeada em vários municípios do estado, dentre eles Tangará da Serra. A operação teve como fundamento a análise de informações que apontaram que na maioria dos atos ilícitos são utilizados esse tipo de veículo, devido a agilidade de seu deslocamento. Outro fator determinante para sua realização, é o grande número de acidentes registrados nos últi-

mos meses, sendo que, somente em setembro, seis óbitos foram contabilizados no município. Denominada Operação duas rodas, a ação tem por objetivo agir preventivamente em casos de acidentes e outras ocorrências de naturezas diversas, como informa o coronel Heverton Mourett. “Primeiramente há que se destacar que essa operação tem por objetivo zelar antes de tudo pela segurança dos cidadãos que transitam na regional, no 7º comando regional, quando nós vamos abordar, buscar e checar possíveis motos furtadas que eventualmente possam ser uti-

lizadas para delitos”, informa o comandante do Comando Regional VII, ao destacar que a operação que iniciou ontem deverá ocorrer de agora em diante, três vezes por semana em dias aleatórios. “Com isso esperamos reduzir, roubos, homicídios, tráfico e também esperamos reduzir os acidentes de trânsito. Nossa preocupação não é a fiscalização administrativa dessas motos, mas realmente alcançar o meio quanto instrumento do crime”, completou. Na oportunidade, estiveram presentes os comandantes das unidades subordinadas ao 7º Comando Regional.



A operação deverá acontecer três vezes por semana em dias aleatórios

NACIONAL

CCJ do Senado aprova projeto que obriga preso a pagar tornozeleira



A cobrança poderá gerar economia de cerca de R\$ 23 milhões, por ano, aos cofres públicos

>> **G1, Brasília**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira, 13, o projeto que obriga o preso a pagar a tornozeleira eletrônica. Por ter caráter terminativo, a proposta seguirá para análise da Câmara dos Deputados se não houver recurso para o tema ser votado, antes, pelo plenário do Senado. O projeto, apresentado pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC), altera a Lei de Execução Penal e também autoriza os custos do monitoramento eletrônico serem descontados da remuneração do trabalho do preso. Segundo dados do

Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o custo médio mensal de uma tornozeleira eletrônica está em torno de R\$ 300. Pelas estimativas, a cobrança poderá gerar economia de cerca de R\$ 23 milhões, por ano, aos cofres públicos. Relatora da proposta, a senadora Simone Tebet (PMDB-MS) modificou o texto original para determinar que, caso o condenado não faça o devido ressarcimento das despesas do monitoramento, poderá sofrer outras punições. Também acrescentou ao projeto a possibilidade de condenados sem condições financeiras ficarem isentos do pagamento das despesas.

A isenção só poderá ser concedida mediante decisão judicial. Nos últimos meses, o tema das tornozeleiras eletrônicas ganhou evidência porque dois políticos ligados ao presidente Michel Temer, presos pela Polícia Federal. Sendo Rocha Loures, preso no Distrito Federal, o ex-deputado foi levado pela Polícia Federal para Goiânia (GO) para instalar a tornozeleira porque não havia equipamentos disponíveis na capital do país. Bem como, Geddel que foi preso em Salvador e transferido para Brasília, voltou para a Bahia em prisão domiciliar pela falta do aparelho no estado.

CORRUPTUS

Três agentes prisionais são presos por má conduta



A equipe do Grupo Armado de Resposta Rápida de Alta Floresta também reforçou a ação policial

>> **Folhamax**

A segunda fase da operação “Corruptus”, da Polícia Judiciária Civil de Colíder, prendeu na quarta-feira, 13, mais três agentes penitenciários, acusados de coagir testemunhas da investigação que desarticulou um esquema de entrada de aparelhos celulares e drogas na cadeia feminina do município. Os presos, M.E. V.A, L.S.A e F.V.S, uma agente mulher e dois agentes homens, tiveram os mandados de prisão concedidos pelo Poder Judiciário, por estarem coagindo testemunhas no curso

da investigação policial. As ordens foram cumpridas pelo delegado Vinicius de Assis Nazário, que substitui o delegado Ruy Guilherme Peral, em suas férias. A equipe do Grupo Armado de Resposta Rápida de Alta Floresta também reforçou a ação policial. Segundo relatos de presas, colhidas no inquérito policial, os agentes presos nessa fase também integrariam o esquema de ingresso de celular dentro da cadeia feminina. As reeducandas também relatam que, após a prisão da primeira agente prisional no começo de setembro, foram coagidas e

até ameaçadas a mudar as informações prestadas, alegando terem sido pressionadas na Delegacia de Polícia, quando fossem ouvidas em juízo. Segundo as presas, caso uma delas recebessem alvará de soltura seriam “eliminadas” do lado de fora da cadeia. No dia 05 de setembro, a Polícia Civil deflagrou a primeira fase da operação, levando a prisão da agente penitenciária F.R.S, 40, e a ex-presidiária S.C.S, 30. Elas respondem pelos crimes de organização criminosa, corrupção passiva e outros delitos em apuração ainda.